

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 1.086, DE 2003

Institui o Programa Nacional de Incentivo ao Combate à Fome e dá outras providências.

Autor: Deputado ENIO BACCI

Relator: Deputado MANATO

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Enio Bacci, institui o Programa Nacional de Incentivo ao Combate à Fome, com a finalidade de captar recursos para o Programa Fome Zero do Governo Federal.

A implementação e a administração do programa caberão ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA, que deverá desenvolver projetos regionais, destinando um mínimo de 70% da arrecadação das doações à região que as efetuou.

O montante de recursos arrecadados será publicado, anualmente, até o dia 28 de fevereiro.

A proposição trata de normas sobre deduções do Imposto Sobre a Renda, para as pessoas físicas e jurídicas que efetuarem doações ao programa, sem prejuízo de outros benefícios, abatimentos e deduções em vigor.

A movimentação das doações será feita através de conta bancária específica, em nome do Programa Fome Zero do MESA, sendo vedada a intermediação.

Fixa prazo de sessenta dias para a regulamentação pelo Poder Executivo.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em tela vem instituir mais um programa de transferência de renda, no âmbito do já conhecido Fome Zero do Governo Federal.

Entendemos ser natural o surgimento de propostas com o intuito de oferecer sustentação e, assim, poder viabilizar o nobre ideal lançado pelo Presidente da República, na luta contra a fome, a miséria e a exclusão social em nosso País.

Contudo, a criação de novos programas para impulsionar outros já existentes não nos parece a melhor alternativa. Não é por falta deles que se avolumam críticas ao andamento e à efetividade dos trabalhos do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, responsável pela implantação do Fome Zero; também não será através da criação de novos programas que estaremos garantindo o sucesso do atual.

Melhor seria se todos os programas da esfera federal fossem unificados, a fim de concentrar esforços, definir metas abrangentes e estabelecer um foco capaz de levar a nossa sociedade ao tão almejado sonho da erradicação da miséria e da pobreza.

Nesse sentido, foi concebido o Programa Unificado de Transferência de Renda Com Condicionalidades, denominado Bolsa-Família, com o objetivo de reunir os quatro programas federais até então existentes, a saber: o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação, o Cartão-Alimentação e o Auxílio-Gás, todos coordenados com o Fome Zero.

Dessa forma, a instituição do cadastro único permitirá diminuir as despesas operacionais, proporcionando mais receita para o

programa, além de aumentar o número de famílias beneficiadas, tendo o Governo Federal fixado a meta de registrar 3,6 milhões de famílias no ano de 2003.

Acreditamos, portanto, que os esforços serão somados e os resultados potencializados, se as idéias e as ações estiverem voltadas para os programas já existentes, no intuito de aprimorá-los cada vez mais e de atingir uma quantidade maior de pessoas necessitadas.

Acrescentamos, ainda, que o programa proposto pelo Projeto de Lei nº 1.086, de 2003, não traz maiores inovações na competência desta Comissão de Seguridade Social e Família, uma vez que se restringe a dispor, precipuamente, sobre normas relativas a deduções no Imposto Sobre a Renda.

A esse respeito, caberá a análise da questão à Comissão de Finanças e Tributação, que nos sucederá.

Pelo exposto, votamos, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.086, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado MANATO
Relator